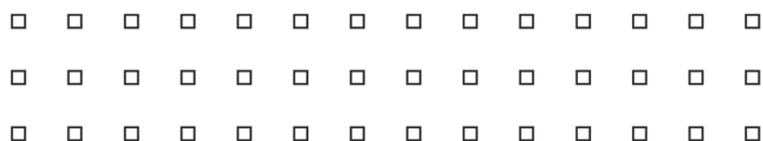


Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas

2T22



Banco Pan S.A.

***Demonstrações contábeis
intermediárias consolidadas condensadas
em 30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas do Banco Pan S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria e com o CT 04/2022 emitido pelo Ibracon - Instituto de Auditoria Independente do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco Pan S.A.

Porque é um PAA

Provisão para perda de crédito esperada (Notas explicativas 7 e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da provisão para perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 – *Financial Instruments*, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analisamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis



Banco Pan S.A.

Porque é um PAA

condensadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

intermediárias consolidadas condensadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Créditos Tributários (Notas explicativa 10)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração da Instituição, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas relacionadas às cifras comparativas e ao resultado e resultado abrangente do trimestre findo em 30 de junho de 2022

As informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas relacionadas aos resultados e resultados abrangentes dos trimestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, bem como as demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do



Banco Pan S.A.

patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2021, foram por nós revisadas, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Contudo, o alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não provê base para expressarmos uma opinião de auditoria.

Demonstração consolidada condensada do Valor Adicionado

A demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas



Banco Pan S.A.

brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do



Banco Pan S.A.

período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO CONDENSADO

Em 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades		8.593	3.943
Ativos financeiros		48.078.884	42.920.374
Ao valor justo no resultado		3.798.088	5.721.995
Títulos e valores mobiliários	4	252.905	239.860
Derivativos	5	2.754	2.498
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	3.542.429	5.479.637
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		563.370	637.887
Títulos e valores mobiliários	4	558.426	632.943
Instrumentos de patrimônio		4.944	4.944
Ao custo amortizado		43.717.426	36.560.492
Depósitos compulsórios no Banco Central		3.465.672	2.825.583
Títulos e valores mobiliários	4	9.581.623	5.434.134
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	100.866	11.735
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	29.947.592	27.061.757
Outros ativos financeiros	9	621.673	1.227.283
Outros ativos		781.576	645.259
Ativos não correntes mantidos para venda		216.895	163.284
Ativos fiscais		3.830.675	4.172.134
A compensar		309.790	634.756
Diferido	10.a	3.520.885	3.537.378
Investimentos em coligadas		16.237	15.997
Imobilizado	11	160.794	102.223
Intangível e ágio	12	586.951	116.508
Ágio		474.090	53.741
Outros ativos intangíveis		112.861	62.767
Total do Ativo		53.680.605	48.139.722

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO CONDENSADO

Em 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		40.750.770	35.971.214
Ao custo amortizado		40.629.221	35.916.545
Depósitos de clientes	13	22.247.327	20.499.655
Depósitos de instituições financeiras	14	5.696.268	4.633.082
Recursos de emissão de títulos	15	11.374.767	9.380.408
Outros passivos financeiros		1.310.859	1.403.400
Ao valor justo no resultado	5	121.549	54.669
Derivativos		121.549	54.669
Provisões	16	394.277	419.363
Provisões para processos judiciais		394.277	419.363
Passivos fiscais	10.a	328.120	702.170
Correntes		88.569	451.271
Diferido		239.551	250.899
Outros passivos		5.053.013	5.073.125
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	17	7.154.243	5.973.631
Capital social:		5.928.320	4.175.222
De domiciliados no País		5.519.312	3.699.805
De domiciliados no Exterior		409.008	475.417
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.086.607	1.603.926
Outros resultados abrangentes		(11.281)	(12.839)
(Ações em tesouraria)		(56.725)	-
Participação de acionistas não controladores		182	219
Total do Patrimônio Líquido		7.154.425	5.973.850
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		53.680.605	48.139.722

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receita líquida com juros	18	1.449.449	1.963.949	3.150.851	2.967.467
Receita com juros e similares		2.838.609	2.485.561	5.475.908	3.728.476
Despesas com juros e similares		(1.389.160)	(521.612)	(2.325.057)	(761.009)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes		(5.843)	(107.958)	(233.937)	(204.040)
Perda esperada com demais ativos financeiros	8	25	319	332	180
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		1.443.631	1.856.310	2.917.246	2.763.607
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		255.926	35.773	236.944	278.896
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(2.031)	(1.016)	(3.104)	(2.048)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(5)	(5)	(10)	(10)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	257.962	36.794	240.058	280.954
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	3	-	(68)
Receitas de tarifas e comissões		245.912	150.326	442.292	299.674
Despesas administrativas		(988.897)	(998.329)	(1.841.635)	(1.898.722)
Despesas de pessoal	19	(223.707)	(179.029)	(442.052)	(354.379)
Outras despesas administrativas	20	(765.190)	(819.300)	(1.399.583)	(1.544.343)
Depreciação e amortização		(36.015)	(18.922)	(65.853)	(39.154)
Despesas tributárias		(113.101)	(98.400)	(194.995)	(185.560)
Provisões (líquidas)		(54.912)	(66.969)	(113.367)	(114.449)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(635.633)	(430.540)	(952.635)	(552.781)
Resultado de participações em coligadas		(72)	-	239	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		7.720	5.087	11.507	(3.297)
Resultado antes dos impostos		124.559	434.339	439.743	548.146
Imposto de renda e contribuição social	10.b	(1.749)	(143.167)	(89.369)	(158.462)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.548)	(203.508)	(8.056)	(392.117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.799	60.341	(81.313)	233.655
Lucro Líquido		122.810	291.172	350.374	389.684
Atribuível a:					
Acionistas Controladores		122.692	291.172	350.411	389.684
Acionistas não Controladores		118	-	(37)	-
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.230.060	1.205.056	1.230.060	1.205.056
Lucro líquido por ação - R\$		0,10	0,24	0,28	0,32

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro líquido	122.810	291.172	350.374	389.684
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	797	994	1.558	1.716
Variação de valor justo	1.309	1.512	2.368	2.660
Efeito tributário	(512)	(518)	(810)	(944)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	123.607	292.166	351.932	391.400
Atribuível a:				
Acionistas controladores	123.489	292.166	351.969	391.400
Acionistas não controladores	118	-	(37)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do patrimônio líquido						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.175.222	207.322	79.201	1.093.957	(15.360)	-	-	5.540.342	-	5.540.342
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1.716	-	-	1.716	-	1,716
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	389.684	389.684	-	389.684
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	1.716	-	389.684	391.400	-	391.400
Destinações										
Reserva legal (Nota 17.c)	-	-	19.638	-	-	-	(19.638)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	216.407	-	-	(216.407)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(153.639)	(153.639)	-	(153.639)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	4.175.222	207.322	98.839	1.310.364	(13.644)	-	-	5.778.103	-	5.778.103
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.175.222	207.322	117.930	1.485.996	(12.839)	-	-	5.973.631	219	5.973.850
Aumento de capital (Nota 1.a)	1.753.098	-	-	-	-	-	-	1.753.098	-	1,753,098
Aquisição de ações em tesouraria (Nota 17.e)	-	-	-	-	-	(56.725)	-	(56.725)	-	(56,725)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1.558	-	-	1.558	-	1,558
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	350.411	350.411	(37)	350,374
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	1.558	-	350.411	351.969	(37)	351.932
Destinações										
Reserva legal (Nota 17.c)	-	-	18.226	-	-	-	(18.226)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	189.596	-	-	(189.596)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	-	(142.589)	(142.589)	-	(142,589)
Diferença de <i>gaap</i> na aquisição de investimento	-	-	-	(725.141)	-	-	-	(725.141)	-	(725,141)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	5.928.320	207.322	136.156	950.451	(11.281)	(56.725)	-	7.154.243	182	7.154.425

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2022	30/06/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		350.374	389.684
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(712)	(615)
Depreciações e Amortizações		65.853	39.154
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		(4.665)	16.555
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(6.774)	(13.258)
Variação cambial de obrigações por empréstimos		(51.375)	-
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	16	113.367	114.449
Impairment de ágio na aquisição de investimentos		12.527	-
Perda ao valor recuperável em ativos		84	12
Resultado de participações em coligadas		(239)	-
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes		233.937	204.040
Perda esperada em outros ativos		(332)	(180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		81.313	(233.655)
Lucro líquido ajustado		793.358	516.186
Variação de Ativos e Passivos:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo no resultado		(13.301)	(764)
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(82.720)	(7.664)
(Aumento) em depósitos compulsórios		(640.089)	(1.487.421)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(84.253)	-
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(1.182.564)	(3.156.950)
Redução/(Aumento) em outros ativos financeiros		61.054	(25.261)
Redução em ativos fiscais		259.336	278.051
Redução/(Aumento) em outros ativos		267.969	(77.219)
Aumento em depósitos de clientes		1.747.672	3.014.866
Aumento/(Redução) em depósitos de instituições financeiras		1.063.186	(5.080.166)
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao valor justo no resultado		66.880	(4.050)
Aumento em outros passivos financeiros		595.637	671.688
(Redução) em provisões		(138.453)	(130.077)
(Redução)/Aumento em passivos fiscais		(368.750)	148.569
Aumento em outros passivos		134.044	626.609
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.300)	(227.242)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.473.706	(4.940.845)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	(225.730)
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		159.605	252.564
(Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado		(3.813.883)	(1.293.944)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		210.950	533.333
Alienação de bens não de uso próprio		97.598	80.585
(Aquisição) de imobilizado	11.b	(75.694)	(11.569)
(Aquisição) de intangível	12.b	(47.552)	(21.819)
Cessão de direitos		-	4.971
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.468.976)	(681.609)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	15.b	1.943.211	5.896.833
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	15.b	(582.294)	(1.141.391)
Pagamento de arrendamento		(3.361)	(4.577)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(296.708)	(254.896)
Participação de acionistas não controladores		(37)	-
Aquisição de ações em tesouraria		(56.725)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.004.086	4.495.969
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.816	(1.126.485)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		9.704	1.256.792
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		712	615
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		19.232	130.922
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(1.694.282)	(837.690)
Juros recebidos		5.726.952	3.685.433
Transferência de ativos não de uso próprio		4.466	(16.538)
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.368	2.660

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS		4.867.044	3.432.591
Juros e similares	18	5.475.908	3.728.476
Tarifas e comissões		442.292	299.674
Perda esperada com ativos financeiros		(233.605)	(203.860)
Outras receitas/(despesas)		(817.551)	(391.699)
DESPESAS COM JUROS E SIMILARES	18	(2.325.057)	(761.009)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.323.827)	(1.486.978)
Materiais, energia e outros	20	(1.553)	(4.107)
Serviços de terceiros	20	(354.511)	(261.229)
Outras		(967.763)	(1.221.642)
Comissões pagas a correspondentes bancários	20	(359.124)	(662.164)
Processamento de dados	20	(189.839)	(164.729)
Serviços do sistema financeiro	20	(158.159)	(133.049)
Propaganda, promoções e publicidade	20	(161.121)	(133.578)
Comunicações	20	(39.820)	(55.599)
Despesas com busca e apreensão de bens	20	(12.980)	(6.538)
Viagens	20	(2.983)	(489)
Manutenção e conservação de bens	20	(4.876)	(6.700)
Transporte	20	(3.249)	(1.489)
Taxas e emolumentos	20	(1.693)	(1.983)
Outras	20	(33.919)	(55.324)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.218.160	1.184.604
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(65.853)	(39.154)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.152.307	1.145.450
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		239	-
Resultado de participações em coligadas		239	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.152.546	1.145.450
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.152.546	1.145.450
Pessoal		379.305	310.347
Remuneração direta		294.559	242.229
Benefícios		58.416	48.189
FGTS		21.504	15.508
Outros		4.826	4.421
Impostos, taxas e contribuições		347.111	388.054
Federal		330.399	373.836
Estadual		273	14
Municipal		16.439	14.204
Remuneração de capitais de terceiros	20	75.756	57.365
Aluguéis		75.756	57.365
Remuneração de capitais próprios		350.374	389.684
Juros sobre o capital próprio		142.589	153.639
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores		207.822	236.045
(Prejuízos) retidos atribuível aos acionistas não controladores		(37)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco tem foco de atuação no varejo nas classes C, D e E, com oferta de uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS, limite emergencial (cheque especial), bem como venda de seguros, *marketplace* e adquirência. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário e recarga de celular. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado é parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), com 71,91% do capital total*.

Em 30/06/2022 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	657.561	100,00	281.820	43,44	939.381	71,91
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	358.731	55,29	358.731	27,46
Ações em tesouraria	-	-	8.221	1,27	8.221	0,63
Total	657.561	100,00	648.772	100,00	1.306.333	100,00

* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

a) Eventos societários

- **Consolidação do controle do Banco PAN pelo Banco BTG Pactual S.A.**

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), e o Banco Sistema S.A. (“Banco Sistema”), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar (“Contrato”), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto (“Operação”).

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil (“BCB” ou “BACEN”) e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

- **Aquisição de participação societária na Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.**

Em 13/09/2021, o Banco PAN assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda., a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021, sendo que a conclusão dos procedimentos para formalização da aquisição ocorreu em 12/01/2022.

- **Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o *e-commerce* do Brasil (“Operação Mosaico”).

Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da Operação Mosaico, conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas Condensadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Demonstração Contábil é intermediária seguindo as regras do *IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias*. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco PAN, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco PAN em sua administração.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas Condensadas foram aprovadas pela Diretoria em 02/08/2022.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis em 30/06/2022

Alteração *IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração *IFRS 3 – Combinação de Negócios*: Substitui as referências das versões antigas da estrutura conceitual para a mais recente. As substituições são aplicáveis a partir de 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alterações na IAS 7 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Estabelece que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações da IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamento. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão mensurados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiramente determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevantes. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de

determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possuía como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	30/06/2022	31/12/2021
Controladas diretas:		
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	100,00	-
Controladas indiretas:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	80,00
G.W.H.C. Serviços Online Ltda. (2)	100,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários); e

(2) Empresa controlada pela Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A..

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 30/06/2022.

As políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações contábeis intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente.

4) Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30/06/2022 e em 31/12/2021, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	252.905	239.860
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	252.905	239.860
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	558.426	632.943
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	267.842	411.183
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	213.055	218.233
Certificado de Depósito Bancário – CDB	76.997	3.527
Cotas de Fundos de Investimentos	532	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	9.581.623	5.434.134
Notas do Tesouro Nacional – NTN	9.581.554	5.434.134
Outros	69	-
Total	10.392.954	6.306.937

5) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco, captações e exposição cambial em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge* contábil. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que

é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante Até 30 dias	Não Circulante Acima de 360 dias	Total em 30/06/2022	Total em 31/12/2021
Posição Ativa	787.275	805.059	-	805.059	805.059	864.463
<i>Swap</i>	787.275	805.059	-	805.059	805.059	864.463
Posição Passiva	(862.979)	(898.384)	-	(898.384)	(898.384)	(903.951)
<i>Swap</i>	(862.979)	(898.384)	-	(898.384)	(898.384)	(903.951)
Contratos Futuros (1)	(25.470)	(25.470)	(25.470)	-	(25.470)	(12.683)
Posição ativa	2.754	2.754	2.754	-	2.754	2.498
Posição passiva	(28.224)	(28.224)	(28.224)	-	(28.224)	(15.181)
Total	(101.174)	(118.795)	(25.470)	(93.325)	(118.795)	(52.171)

(1) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

b) Hedge contábil – valor de mercado:

	30/06/2022	31/12/2021
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.172.337	2.244.449
<i>Swap – Dólar (1)</i>	805.059	864.463
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.367.278	1.379.986
Posição Passiva	(19.707.839)	(19.903.775)
<i>Swap – CDI</i>	(898.384)	(903.951)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(18.809.455)	(18.999.824)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	19.363.885	19.103.995
Operações de Crédito (3)	19.363.885	19.103.995
Posição Passiva	(2.183.010)	(2.241.046)
Empréstimo no Exterior (1)	(774.478)	(822.344)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.408.532)	(1.418.702)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2022			30/06/2021		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
<i>Swap – ganhos/perdas não realizadas</i>	-	(97.588)	(97.588)	-	-	-
Futuros - ganhos/perdas realizadas	1.775.310	(1.437.664)	337.646	1.606.326	(1.325.372)	280.954
Total	1.775.310	(1.535.252)	240.058	1.606.326	(1.325.372)	280.954

6) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a) Composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	100.866	11.735
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	100.866	11.735
Tipo:		
Compra com compromissos de revenda	11.730	5.710
Depósitos interfinanceiros	88.890	5.974
Depósitos de poupança	246	51
Total	100.866	11.735

b) Prazo de vencimento:

	30/06/2022	31/12/2021
Até 30 dias	10.639	1.253
De 181 a 360 dias	-	156
Acima de 360 dias	90.227	10.326
Total	100.866	11.735

7) Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	3.542.429	5.479.637
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	33.353.415	30.424.615
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(3.405.823)	(3.362.858)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	33.490.021	32.541.394

b) Abertura:

	30/06/2022	31/12/2021
Veículos (1)	15.107.645	15.145.220
Empréstimos em consignação (1)	9.470.209	9.248.165
Empréstimos FGTS (1)	3.881.347	3.538.492
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	3.870.430	3.626.377
Títulos e créditos a receber (3)	2.586.864	2.520.955
Conta garantida	1.568.823	1.532.242
Empréstimos imobiliários/habitacionais	255.530	270.432
Capital de giro	43.614	19.533
Outros	111.382	2.836
Total	36.895.844	35.904.252

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 5.b);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.441.253	6,6	2.239.345	6,24
A vencer				
A vencer até 3 meses	7.641.471	20,7	7.213.794	20,09
A vencer de 3 a 12 meses	9.157.730	24,8	8.884.621	24,75
A vencer acima de um ano (1)	17.655.390	47,9	17.566.492	48,93
Total	36.895.844	100,00	35.904.252	100,00

(1) Em 30/06/2022 o PAN possuía aproximadamente R\$ 1,2 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos períodos de 30/06/2022 e 30/06/2021, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras. O lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

	30/06/2022			30/06/2021		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado/FGTS	6.636.789	5.248.898	1.387.891	4.655.429	3.687.671	967.758
Total	6.636.789	5.248.898	1.387.891	4.655.429	3.687.671	967.758

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 18).

8) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes**a) Movimentação:**

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo do início do período	3.362.858	3.211.874
Complemento de provisão	233.937	204.040
Write-off	(190.972)	(334.456)
Saldo do fim do período	3.405.823	3.081.458

No período findo em 30/06/2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 43.497 (R\$ 42.786 em 30/06/2021).

9) Outros ativos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber por cessão de créditos	600.324	1.205.548
Recebíveis imobiliários	16.698	16.900
Benefício residual em operações securitizadas	4.633	4.493
Outros	18	342
Total	621.673	1.227.283

10) Crédito tributário e passivos fiscais

a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(192.260)	(178.329)
Sobre prejuízos fiscais	1.064.236	995.852
Sobre diferenças temporárias	2.648.909	2.719.855
Provisão para perda esperada	1.675.346	1.863.269
Provisão de ações cíveis	105.938	118.627
Provisão de ações trabalhistas	49.168	47.562
Provisão de ações tributárias	17.500	17.673
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.171	23.360
Ajuste ao valor de mercado	11.230	12.225
Outras	769.556	637.139
Total do Ativo	3.520.885	3.537.378
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	618	866
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	238.933	250.033
Provisão para impostos e contribuições	88.569	451.271
Total do Passivo	328.120	702.170

b) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado antes da tributação	124.559	434.339	439.743	548.146
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(56.493)	(195.451)	(197.884)	(246.665)
Outros valores	60.971	53.272	121.640	89.804
Diferença de alíquota entre as empresas	(6.227)	(988)	(13.125)	(1.601)
Imposto de renda e Contribuição social	(1.749)	(143.167)	(89.369)	(158.462)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20%, para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% e para as demais empresas alíquota de 9%.

11) Imobilizado

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2022	31/12/2021
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	40.366	(5.453)	34.913	21.890
Sistemas de segurança e comunicações	10%	7.556	(3.062)	4.494	3.455
Sistemas de processamento de dados	20%	62.646	(30.811)	31.835	31.221
Máquinas de adquirência	33%	106.455	(16.903)	89.552	45.657
Total em 30/06/2022		217.023	(56.229)	160.794	-
Total em 31/12/2021		134.469	(32.246)	-	102.223

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	23.360
Aquisições	-	467	11.102	11.569
Baixas	(8)	-	(4)	(12)
Depreciação	(5.000)	(409)	(2.816)	(8.225)
Saldo em 30/06/2021	4.638	1.266	20.788	26.692

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223
Incorporação de saldo (1)	1.566	170	2.617	-	4.353
Aquisições	13.065	1.596	3.400	57.633	75.694
Baixas	(65)	-	(19)	-	(84)
Depreciação	(1.543)	(727)	(5.384)	(13.738)	(21.392)
Saldo em 30/06/2022	34.913	4.494	31.835	89.552	160.794

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

12) Ativo intangível e ágio

a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2022	31/12/2021
Softwares	20% a 60%	174.240	(136.830)	37.410	27.310
Licença de uso	20% a 60%	153.818	(105.513)	48.305	35.433
Marcas e patentes	5% a 50%	31.318	(4.401)	26.917	-
Ágio	-	690.728	(216.638)	474.090	53.741
Outros	33,33%	571	(342)	229	24
Total em 30/06/2022		1.050.675	(463.724)	586.951	-
Total em 31/12/2021		515.120	(398.612)	-	116.508

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Software	Licença de uso	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	40.525	16.508	-	186.325	218	243.576
Adições	387	21.432	-	-	-	21.819
Baixas	-	-	-	-	(35)	(35)
Amortização	(9.929)	(16.883)	-	-	(104)	(26.916)
Total em 30/06/2021	30.983	21.057	-	186.325	79	238.444

	Software	Licença de uso	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	27.310	35.433	-	53.741	24	116.508
Incorporação de saldo (1)	15.047	-	27.507	-	316	42.870
Adições (1)	1.217	46.335	-	432.876	-	480.428
Amortização	(6.164)	(33.463)	(590)	(12.527)	(111)	(52.855)
Total em 30/06/2022	37.410	48.305	26.917	474.090	229	586.951

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

13) Depósitos de clientes**a) Classificação:**

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	22.247.327	20.499.655
Total	22.247.327	20.499.655

b) Composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Tipos:		
Depósitos à vista	355.863	328.165
Depósitos a prazo	21.891.464	20.171.490
Total	22.247.327	20.499.655

c) Prazo de vencimento:

	30/06/2022	31/12/2021
Sem vencimento	355.863	328.165
Até 30 dias	2.183.899	873.721
De 31 a 90 dias	1.613.305	2.292.856
De 91 a 180 dias	3.199.072	1.909.247
De 181 a 360 dias	6.116.589	5.136.288
Acima de 360 dias	8.778.599	9.959.378
Total	22.247.327	20.499.655

14) Depósitos de instituições financeiras**a) Composição:**

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	5.696.268	4.633.082
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	3.053.669	1.186.562
Depósitos interfinanceiros	2.642.599	3.446.520
Total	5.696.268	4.633.082

b) Prazo de vencimento:

	30/06/2022	31/12/2021
Até 30 dias	3.129.402	2.040.515
De 31 a 90 dias	248.764	422.928
De 91 a 180 dias	53.943	3.331
De 181 a 360 dias	579.582	62.904
Acima de 360 dias	1.684.577	2.103.404
Total	5.696.268	4.633.082

15) Recursos de emissão de títulos

a) Composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.374.767	9.380.408
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	127.135	217.882
Letras Financeiras - LF	11.247.632	9.162.526
Total	11.374.767	9.380.408

b) Variações:

	30/06/2022	30/06/2021
Saldos do início do período	9.380.408	5.346.049
Juros	633.442	121.938
Emissões	1.943.211	5.896.833
Pagamento de Juros/Resgate	(582.294)	(1.141.391)
Saldo do fim do período	11.374.767	10.223.429

16) Provisões

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por cluster, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2022	31/12/2021
Processos cíveis	236.823	264.853
Processos trabalhistas	109.984	106.599
Processos tributários	47.470	47.911
Total	394.277	419.363

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622
Constituição líquida de reversão	85.664	27.943	842	114.449
Atualização monetária	-	-	521	521
Baixas por pagamento	(85.465)	(45.018)	(115)	(130.598)
Saldo em 30/06/2021	305.666	130.134	62.194	497.994

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2021	264.853	106.599	47.911	419.363
Incorporação de saldo	1.187	-	-	1.187
Constituição líquida de reversão	91.575	23.975	(2.183)	113.367
Atualização monetária	-	-	1.898	1.898
Baixas por pagamento	(120.792)	(20.590)	(156)	(141.538)
Saldo em 30/06/2022	236.823	109.984	47.470	394.277

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em junho de 2022, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 758;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2016. Em junho de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 903.064;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em junho de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 23.789;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em junho de 2022, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 23.776;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em junho de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 4.895;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em junho de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 227.690;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em junho de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 129.374;

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em junho de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 82.411; e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em junho de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 241.954.

17) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928.320 em 30/06/2022 e R\$ 4.175.222 em 31/12/2021.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e sem valor nominal.

	30/06/2022	31/12/2021
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	648.772	547.495
Subtotal	1.306.333	1.205.056
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(8.221)	-
Total	1.298.112	1.205.056

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 17.e).

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2021, foi deliberado pela aprovação da incorporação de ações de emissão da Mosaico e a aprovação de aumento do Capital Social da Companhia em vista da incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico, com emissão pela Companhia, de (a) 101.276.624 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4); e (b) como vantagem adicional, 126.595.780 bônus de subscrição, nominativos e escriturais, de emissão da Companhia, exercíveis em até 30 (trinta) meses a contar da data de Fechamento (conforme definida no Acordo de Associação), condicionado à verificação de meta de performance do preço de negociação das Ações BPAN4, sendo que cada bônus de subscrição conferirá aos acionistas da Mosaico o direito de subscrever 0,166667 Ações BPAN4 adicionais (Nota 1.a).

O BACEN homologou em 09/03/2022 a incorporação das ações de emissão da Mosaico e o aumento de capital decorrente da incorporação das ações de emissão da Mosaico, deliberações estas tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/12/2021.

Em reunião realizada em 09/05/2022, o conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações (Nota 17.e).

Quantidade de ações (em milhares de ações)	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2021	657.561	547.495	1.205.056
Aumento de Capital	-	101.277	101.277
Aumento das ações em tesouraria	-	(8.221)	(8.221)
Quantidade de ações	657.561	640.551	1.298.112

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	30/06/2022	% (1)	30/06/2021	% (1)
Lucro líquido	364.513		392.762	
(-) Reserva Legal	(18.226)		(19.638)	
Base de cálculo	346.287		373.124	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados/pagos	142.589		153.639	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(21.388)		(23.046)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados/pagos	121.201	35%	130.593	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Lucro por ação:

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	122.692	291.172	350.411	389.684
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	65.588	158.883	187.321	212.638
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	57.104	132.289	163.090	177.046
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	657.561	657.561	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	572.499	547.495	572.499	547.495
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,10	0,24	0,28	0,32
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,10	0,24	0,28	0,32

e) Ações em tesouraria:

Em reunião realizada em 09/05/2022 o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações do Banco PAN, sendo autorizada a aquisição de até 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4), para manutenção em tesouraria ou promover o seu cancelamento. O Programa de Recompra terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/05/2022.

Em 30/06/2022 o saldo de ações em tesouraria totalizava o montante de R\$ 56.725, sendo composto por 8.221 ações preferenciais.

18) Receita líquida com juros

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receitas com juros e similares				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.411.797	1.663.543	3.229.949	2.392.246
Lucro nas cessões de crédito (nota 7.d)	929.426	655.381	1.387.891	967.758
Aplicações em títulos de renda fixa	336.828	74.702	580.045	147.513
Depósitos compulsórios no Banco Central	95.170	2.686	169.007	2.686
Prêmio de performance das cessões	57.883	87.894	97.999	211.036
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	7.283	1.091	10.645	6.436
Recebíveis imobiliários	175	264	325	801
Outras	47	-	47	-
Total de receitas com juros	2.838.609	2.485.561	5.475.908	3.728.476

Despesas com juros e similares

Depósitos de clientes	(749.595)	(361.196)	(1.370.404)	(506.709)
Recurso de emissão de títulos	(359.538)	(86.980)	(634.012)	(121.742)
Depósitos de instituições financeiras	(195.744)	(64.039)	(325.956)	(115.937)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(8.358)	(3.676)	(17.645)	(6.136)
Obrigações por empréstimos	(69.713)	-	38.096	-
Outras	(6.212)	(5.721)	(15.136)	(10.485)
Total de despesas com juros	(1.389.160)	(521.612)	(2.325.057)	(761.009)
Total	1.449.448	1.963.949	3.150.851	2.967.467

19) Despesas de pessoal

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Proventos	138.923	116.644	276.799	229.646
Encargos sociais	42.498	30.131	84.251	59.540
Benefícios	29.870	23.600	58.416	48.189
Honorários	9.910	6.204	17.760	12.583
Outros	2.506	2.450	4.826	4.421
Total	223.707	179.029	442.052	354.379

20) Outras despesas administrativas

	01/04 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Comissões pagas a correspondentes bancários	219.696	336.970	359.124	662.164
Serviços de terceiros	196.476	136.909	354.511	261.229
Processamento de dados	96.981	89.557	189.839	164.729
Serviços do sistema financeiro	80.176	70.640	158.159	133.049
Propaganda, promoções e publicidade	78.874	95.763	161.121	133.578
Comunicações	18.618	23.001	39.820	55.599
Aluguéis	41.458	28.372	75.756	57.365
Manutenção e conservação de bens	2.694	3.153	4.876	6.700
Despesas com busca e apreensão de bens	9.139	3.487	12.980	6.538
Taxas e emolumentos	759	1.080	1.693	1.983
Água, energia e gás	408	539	753	1.116
Transporte	1.392	1.005	3.249	1.489
Materiais de consumo	420	2.504	800	2.991
Viagens	2.096	171	2.983	489
Outras	16.003	26.149	33.919	55.324
Total	765.190	819.300	1.399.583	1.544.343

21) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde às operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Outros é representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real State S.A., Pan Administradora de Consórcio Ltda., Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., G.W.H.C. Serviços Online Ltda. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda..

	30/06/2022				30/06/2021			
	Financeiro	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida de juros	3.108.060	42.791	-	3.150.851	2.957.132	10.335	-	2.967.467
Receitas com juros e similares	5.469.159	42.925	(36.176)	5.475.908	3.722.754	10.335	(4.613)	3.728.476
Despesas com juros e similares	(2.361.099)	(134)	36.176	(2.325.057)	(765.622)	-	4.613	(761.009)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(235.884)	1.947	-	(233.937)	(206.487)	2.447	-	(204.040)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	332	-	332	-	180	-	180
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	2.872.176	45.070	-	2.917.246	2.750.645	12.962	-	2.763.607
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	240.137	(3.193)	-	236.944	281.023	(10)	(2.117)	278.896
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	79	(3.183)	-	(3.104)	69	-	(2.117)	(2.048)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(10)	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	240.058	-	-	240.058	280.954	-	-	280.954
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
Receitas de tarifas e comissões	350.360	96.556	(4.624)	442.292	298.746	928	-	299.674
Despesas administrativas	(1.764.605)	(81.654)	4.624	(1.841.635)	(1.892.780)	(5.942)	-	(1.898.722)
Despesas de pessoal	(410.834)	(31.218)	-	(442.052)	(353.311)	(1.068)	-	(354.379)
Outras despesas administrativas	(1.353.771)	(50.436)	4.624	(1.399.583)	(1.539.469)	(4.874)	-	(1.544.343)
Depreciação e amortização	(62.029)	(3.824)	-	(65.853)	(39.138)	(16)	-	(39.154)
Despesas tributárias	(180.456)	(14.539)	-	(194.995)	(184.025)	(1.535)	-	(185.560)
Provisões (líquidas)	(112.975)	(392)	-	(113.367)	(115.343)	894	-	(114.449)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(928.595)	(679)	(23.361)	(952.635)	(550.658)	3.535	(5.658)	(552.781)
Resultado de participações em coligadas e controladas	239	-	-	239	-	-	-	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	12.168	(661)	-	11.507	(3.112)	(185)	-	(3.297)
Resultado antes dos impostos	426.420	36.684	(23.361)	439.743	545.290	10.631	(7.775)	548.146
Imposto de renda e contribuição social	(76.009)	(13.360)	-	(89.369)	(155.606)	(2.856)	-	(158.462)
Lucro líquido do período	350.411	23.324	(23.361)	350.374	389.684	7.775	(7.775)	389.684

	30/06/2022				31/12/2021			
	Financeiro	Outros	Eliminação	Total	Financeiro	Outros	Eliminação	Total
Total do ativo	54.380.815	1.441.956	(2.142.166)	53.680.605	48.467.280	802.935	(1.130.493)	48.139.722
Total do passivo	47.241.692	99.495	(815.007)	46.526.180	42.512.918	75.712	(422.758)	42.165.872

22) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		701	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	701	-	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (c)		99.283	5.710	8.019	5.948
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	99.283	5.710	8.019	5.889
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	59
Cessão de crédito (d)		2.215	2.541	(326)	156.704
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.215	2.541	(326)	156.704
Outros ativos		8.280	61.081	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	8.111	61.060	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	21	-	-
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	Sem prazo	145	-	-	-
Depósitos à vista (e)		(358)	(337)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(21)	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(2.289.125)	(2.299.309)	(147.822)	(72.698)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.289.125)	(2.299.309)	(147.822)	(17.882)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	(54.816)
Depósitos a prazo (g)		(451.241)	(49.838)	(18.091)	(2.359)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	08/05/2025	(45.124)	(48.294)	(2.625)	(2.305)
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	25/05/2023	(404.505)	-	(15.398)	-
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(1.612)	(1.544)	(68)	(54)
Obrigações por operações compromissadas		(3.049.999)	(1.178.410)	(131.096)	(4.309)
Banco BTG Pactual S.A.	15/05/2023	(3.049.999)	(1.178.410)	(131.096)	(4.286)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	(23)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		(93.325)	(39.488)	(97.588)	-
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	(93.325)	(39.488)	(97.588)	-
Outros passivos		(129.661)	(207.746)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(103.302)	(187.990)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(25.012)	(19.756)	-	-
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.		(1.347)	-	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	50.998	55.831
,Too Seguros S.A.	-	-	-	50.831	55.596
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	235
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	167	-
Despesas de Pessoal		-	-	(156)	(156)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(156)	(156)
Outras despesas administrativas		-	-	(36.667)	(3.234)

,Too Seguros S.A.	-	-	-	(1.957)	(2.835)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(2.038)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(62)	-
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	(4.457)	-
Tecban S.A.	-	-	-	(16.669)	-
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(11.484)	(399)

- (a) Referem-se as contas correntes da empresa Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.;
- (b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada parte relacionada;
- (c) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (d) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (h) Referem-se às operações de *swap*; e
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

23) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujos valores são determinados usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

i. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 30/06/2022 e 31/12/2021, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	30/06/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	600.498	218.531	3.542.429	4.361.458
Ao valor justo no resultado	255.659	-	3.542.429	3.798.088
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	344.839	218.531	-	563.370
Passivos financeiros	121.549	-	-	121.549
Ao valor justo no resultado	121.549	-	-	121.549

	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	657.068	223.177	5.479.637	6.359.882
Ao valor justo no resultado	242.358	-	5.479.637	5.721.995
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	414.710	223.177	-	637.887
Passivos financeiros	54.669	-	-	54.669
Ao valor justo no resultado	54.669	-	-	54.669

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	30/06/2022	31/12/2021	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	3.760.429	5.702.814		
Ao valor justo no resultado	3.542.429	5.479.637		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.542.429	5.479.637	Método do valor presente líquido	Modelo interno de cálculo de fluxo futuro, descontado a valor justo utilizando dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	218.000	223.177		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	213.056	218.233	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	4.944	4.944	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	93.325	39.488		
Ao valor justo no resultado	93.325	39.488		
Contratos de <i>swap</i>	93.325	39.488	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

30/06/2022					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	40.251.754	43.938.644	9.262.512	100.866	34.575.266
Títulos e valores mobiliários	9.581.623	9.262.512	9.262.512	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	100.866	100.866	-	100.866	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.947.592	33.953.593	-	-	33.953.593
Outros ativos financeiros	621.673	621.673	-	-	621.673
Passivos financeiros ao custo amortizado	40.629.221	41.740.132	122.967	22.991.127	18.626.038
Depósitos de clientes	22.247.327	22.991.127	-	22.991.127	-
Depósitos de instituições financeiras	5.696.268	5.829.053	-	-	5.829.053
Recursos de emissão de títulos	11.374.767	11.640.976	-	-	11.640.976
Outros passivos financeiros	1.310.859	1.278.976	122.967	-	1.156.009

31/12/2021					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	33.734.909	36.993.951	5.228.456	11.735	31.753.760
Títulos e valores mobiliários	5.434.134	5.228.456	5.228.456	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	11.735	-	11.735	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	27.061.757	30.526.477	-	-	30.526.477
Outros ativos financeiros	1.227.283	1.227.283	-	-	1.227.283
Passivos financeiros ao custo amortizado	35.916.545	37.177.773	78.791	21.214.619	15.884.363
Depósitos de clientes	20.499.655	21.214.619	-	21.214.619	-
Depósitos de instituições financeiras	4.633.082	4.778.404	-	-	4.778.404
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	-	-	9.788.404
Outros passivos financeiros	1.403.400	1.396.346	78.791	-	1.317.555

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

24) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

24.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

24.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

24.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da

operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*)

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2021 e 31/12/2020. A exposição máxima atingiu R\$ 50,7 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 41,5 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2020).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	30/06/2022		31/12/2021	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	36.895.844	3.290.322	35.904.252	3.267.972
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	8.638.967	115.501	7.252.731	94.886
Títulos e valores mobiliários	10.392.954	-	6.306.937	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	100.866	-	11.735	-
Valores a receber por cessão de créditos	600.324	-	1.205.548	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.754	-	2.498	-
Benefício residual em operações securitizadas	4.633	-	4.493	-
Recebíveis imobiliários	16.698	-	16.900	-
Exposição máxima ao risco de crédito	56.653.040	3.405.823	50.705.094	3.362.858

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 97,2% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	30/06/2022	31/12/2021
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	28.503.779	28.036.496
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.376.130	4.609.263
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	5.015.935	3.258.493
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	36.895.844	35.904.252
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.405.823)	(3.362.858)
Valor líquido (Nota 7.a)	33.490.021	32.541.394

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (115.501) em 30/06/2022 e R\$ (94.886) em 31/12/2021.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Majores devedores	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	703.692	1,91	703.206	1,96
50 seguintes maiores devedores	583.218	1,58	580.574	1,62
100 seguintes maiores devedores	237.156	0,64	236.100	0,66
Demais devedores	35.371.778	95,87	34.384.372	95,77
Total	36.895.844	100,00	35.904.252	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 121.274 (R\$ 96.347 em 31/12/2021). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	2.057.094	60,93	2.967.762	64,39
31 a 60	812.763	24,07	1.043.124	22,63
61 a 90	506.273	15,00	598.377	12,98
Total	3.376.130	100,00	4.609.263	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Valor	%
A vencer	1.299	0,03	852	0,03
Vencidos acima de 90 dias	5.014.636	99,97	3.257.641	99,97
Total	5.015.935	100,00	3.258.493	100,00

24.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

30/06/2022 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.565.651	1.042.194	605.840	3.423.808	6.710.146	12.752.989	26.100.628
Depósitos de instituições financeiras	-	79.939	236.716	129.422	1.782.725	1.042.320	8.929.139	12.200.261
Total de depósitos	-	1.645.590	1.278.910	735.262	5.206.533	7.752.466	21.682.128	38.300.889
Cessão de crédito com coobrigações	-	16.712	17.112	16.412	47.960	82.656	172.377	353.229
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	22.275	22.275
Empréstimos no Exterior	-	-	-	-	20.112	23.422	830.976	874.510
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	-	46.631	42.834	165.551	255.016
Recursos de emissão de títulos	-	886.447	44.740	20.203	892.267	729.351	4.490.961	7.063.969
Total	-	2.548.749	1.340.762	771.877	6.213.503	8.630.729	27.364.268	46.869.888

31/12/2021 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.056.219	1.174.826	1.155.484	2.017.703	4.377.909	14.186.451	23.968.592
Depósitos de instituições financeiras	-	862.045	134.509	296.594	3.473	1.604.057	10.677.575	13.578.253
Total de depósitos	-	1.918.264	1.309.335	1.452.078	2.021.176	5.981.966	24.864.026	37.546.845
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	19.647	19.647
Recursos de emissão de títulos	-	83.991	42.443	25.552	141.679	1.833.859	2.513.785	4.641.309
Cessão de crédito com coobrigações	-	2.934	2.885	2.844	8.326	12.450	4.258	33.697
Total	-	2.005.189	1.354.663	1.480.474	2.171.181	7.828.275	27.401.716	42.241.498

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 30/06/2022 e 31/12/2021.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

24.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.876/18;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gargas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco – Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança), entretanto os valores de VaR e teste de *stress* do *trading book* estão zerados, pois o banco não mantém posição na carteira *trading* desde 2019.

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(4)	(3.143)	(7.435)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(15)	(3.859)	(6.958)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(5)	(1.391)	(1.631)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio	-	(10)	(23)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(665)	(1.333)
Total em 30/06/2022		(24)	(9.068)	(17.380)
Total em 31/12/2021		(146)	(31.662)	(62.136)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Posição Comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	(858.015)	(858.015)	(803.149)	(864.463)
Total	(858.015)	(858.015)	(803.149)	(864.463)
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.634)	(2.808)	(2.634)	(2.808)
Total	(2.634)	(2.808)	(2.634)	(2.808)

24.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Bacen divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Bacen) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

A partir de então, o PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma “gerencial” (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/21, ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos indicadores de Capital:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência nível I	5.201.190	4.514.796
Capital Principal	5.201.190	4.514.796
Patrimônio de referência nível II	8.034	9.329
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	5.209.224	4.524.125
Patrimônio de referência	5.209.224	4.524.125
- Risco de crédito	26.956.404	26.364.443
- Risco de mercado	158	1.527
- Risco operacional	3.674.378	2.973.556
Ativo ponderado pelo risco – RWA	30.630.940	29.339.526
Índice de Basileia	17,01%	15,42%
Nível I	16,98%	15,39%
Nível II	0,03%	0,03%

Dívidas subordinadas

O Banco utiliza um instrumento de dívida subordinada autorizado e elegível a compor seu PR Nível II.

Rban	Valor da operação	30/06/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	R\$ 8.000	10.042	9.329
Total		10.042	9.329

São Paulo, 02 de agosto de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

André Santos Esteves

André Fernandes Lopes Dias

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Mauro Dutra Mediano Dias

Roberta Cardim Geyer

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

CONTADOR

Rodney Fabiano Fernandes

CRC 1SP270936/O-7